



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

O Governo da RAEM afirma que está sempre atento à protecção dos monumentos e do património histórico, porém, no olhar da maioria dos seus dirigentes, a protecção ambiental e do património histórico só serve o desenvolvimento económico. A luta para a inclusão do Centro Histórico de Macau na Lista do Património Cultural não se destinou à protecção do património cultural mas sim a aumentar os pontos de atracção turística, o que só contraria as metas da Organização Mundial do Património Cultural. Quando a protecção do património cultural só serve o desenvolvimento económico, quando este último apresenta mais necessidades esquece-se logo a primeira, posição esta que se tem verificado nestes últimos anos em Macau. O Governo da RAEM, a pretexto do desenvolvimento económico, autorizou de forma abusiva a construção de arranha-céus, que conduziu a constantes atentados ao património cultural de Macau, mesmo monumentos importantes como o Farol da Guia, a Ermida da Nossa Sr.^a da Penha, e as Ruínas de S. Paulo viram o ambiente ao seu redor destruído devido à construção de arranha-céus, isto para já nem mencionar as construções que não se revestem da mesma importância e que não foram incluídas na lista do património cultural.

Desde o estabelecimento da RAEM que a consciência do Governo é bem mais baixa do que a da população no que toca à matéria de preservação do património cultural e de protecção ambiental. Foram travadas batalhas pela



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

protecção da casa azul, pela oposição à construção duma escola em frente ao templo de Ah Ma, pela protecção do mercado de S. Lourenço, Farol da Guia, e quartel de Mong-Há, pois o Governo nem sequer olhou para a paisagem nem teve em conta os referidos monumentos quando entendeu que estes impediam o desenvolvimento. Podemos ver o exemplo do quartel de Mong-Há. Quando o Governo decidiu pela sua demolição para em seu lugar construir habitações para jovens recém-casados, muitos académicos apontaram que aquele quartel se revestia de significativa importância histórica, mas o Governo quis evitar mais problemas e avançou rapidamente com a referida demolição, preferiu transformar temporariamente o lote em causa num auto-silo em vez de realizar debates sobre o valor monumental do referido quartel.

As gentes de Macau não vão esquecer vários episódios, o ano em que muitos especialistas solicitaram que se parasse com o aterro dos mangues do COTAI e o Ex-Secretário Ao Man Long insistiu, sem escrúpulos, em dar início à obra; a manifesta oposição de muitos estudiosos à demolição do antigo Mercado de S. Lourenço sem que o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais a isso tivesse atendido; e a demolição do quartel de Mong-Há decidida pelo actual Secretário para os Transportes e Obras públicas, Lao Si lo, perante os apelos de vários académicos. Todos herdaram esta forma de actuação cruel, pertencem todos à mesma estirpe e todos agem da mesma forma.

Nos tempos da administração portuguesa em que era lento o ritmo do desenvolvimento social e económico, mas em que era maior a consciência dos portugueses em relação à protecção do património cultural, este ainda



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

conseguiu, até certo ponto, ser preservado. Porém, após dez anos de RAEM, quando as construções culturais colocam qualquer impedimento ao desenvolvimento económico, é o próprio Governo que as elimina, transformando-se assim num verdadeiro perdulário.

Deste modo, interpelo o Executivo sobre o seguinte:

1 – O Governo da RAEM, em nome do desenvolvimento económico, tem autorizado de forma abusiva as construções em altura, prejudicando o património cultural de Macau. No caso do Monte da Guia, o Governo estabeleceu um limite de altimetria na área circundante, isto porque um grupo de jovens dirigiu uma reclamação à comunidade internacional que chamou a atenção do Governo Central para o facto. No entanto, como na zona do NAPE o Governo já tinha permitido inicialmente a construção da sede do Gabinete de Ligação do Governo Central na RAEM, levando a que fosse este o primeiro a destruir a paisagem em redor do Farol da Guia, tanto o público como o Governo Central foram levados a calar-se, sendo então difícil inverter a situação de destruição paisagística do Farol da Guia. É de referir ainda a cobertura da Igreja da Penha com a cortina formada pelas construções em altura, e também as edificações caóticas erigidas nas traseiras das Ruínas de S. Paulo, que vêm deitar completamente por terra o panorama no perímetro de *ex-libris* que constituem património cultural. Face a esta situação, os serviços responsáveis pela preservação do património cultural ou então os departamentos que autorizaram a seu bel prazer as construções em altura não deveriam ser responsabilizados? Ou será que a responsabilidade deve ser assumida pela equipa governativa da RAEM?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2 – O Chefe do Executivo comprometeu-se a construir habitações públicas para recém-casados no Bairro Militar de Mong-Há, e quando surgiram opiniões de académicos destacando o valor daquele local enquanto património cultural e a necessidade da sua preservação, o Governo apressou-se a demolir as construções ali existentes, apesar de faltarem mais de seis meses até à conclusão do referido projecto. É então motivo para perguntar, afinal, como é que se chegou àquela decisão se nem discussão houve para saber se se tratava de património cultural significativo? Qual foi o serviço responsável por esta decisão?

3 – Nestes dez anos de RAEM pudemos constatar o constante depauperar do património cultural, para tristeza profunda de todos quantos amam verdadeiramente esta terra. Afinal, que motivos têm levado o Governo a fazer tudo para destruir o património cultural da forma a que assistimos neste momento? Será que o Governo quer denegrir o princípio “um país, dois sistemas” para demonstrar ao mundo que, afinal, aquele mais não é do que uma política de natureza destrutiva?

25 de Maio de 2009.

O Deputado à Assembleia Legislativa

Au Kam San